

Capa: Fernando Cornacchia
Foto de capa: cedida por Neil Smith
Copidesque: Lilliane Moreira Santos
Revisão: Mônica Saddy Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O espaço da diferença / Antonio A. Arantes (org.). –
Campinas, SP : Papyrus, 2000.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 85-308-0598-4

1. Antropologia urbana 2. Cultura 3. Espaço e tempo
– Aspectos sociais 4. Poder (Ciências sociais) 5.
Sociologia urbana I. Arantes, Antonio A.

00-2620 _____ CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Espaço urbano : Sociologia 307.76

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
© M.R. Cornacchia Livraria e Editora Ltda. — Papyrus Editora
Telefones: (19) 272-4500 e 272-4534 – Fax: (19) 272-7578
Caixa Postal 736 - CEP 13001-970 - Campinas - SP - Brasil.
E-mail: editora@papyrus.com.br — <http://www.papyrus.com.br>

Proibida a reprodução total ou parcial. Editora afiliada à ABDR.

8

UM SENTIDO GLOBAL DO LUGAR

Doreen Massey

Vivemos em uma época – costuma-se dizer – em que as coisas estão se acelerando e se disseminando. O capital está passando por uma nova fase de internacionalização, especialmente em termos financeiros. Mais pessoas viajam com mais frequência e para lugares mais distantes. Suas roupas são provavelmente feitas numa variedade de países que vão da América Latina ao sudeste asiático. Seus jantares consistem de comida importada do mundo inteiro. E, se têm um computador em seu escritório, em vez de abrir uma carta que, sob os cuidados dos correios de Sua Majestade, leva alguns dias para atravessar o país, agora são interrompidas pelo *e-mail*.

Essa visão da época atual é constantemente encontrada numa ampla variedade de livros e jornais. Muito do que se escreve sobre o espaço, o lugar e os tempos pós-modernos enfatiza uma nova fase do que Marx uma vez denominou “a aniquilação do espaço pelo tempo”. Discute-se – ou, mais usualmente, afirma-se – que esse processo atingiu um novo impulso, alcançou um estágio novo. Trata-se de um fenômeno que foi chamado de “compressão de tempo-espaço”. E a aceitação geral de que algo desse tipo está acontecendo é marcada pelo uso quase obrigatório, na literatura, de termos e expressões tais como “aceleração”, “aldeia global”, “superação de barreiras espaciais”, “ruptura dos horizontes”, e assim por diante.

Um dos resultados dessa situação é a crescente incerteza sobre o que queremos dizer com “lugares” e como nos relacionamos com eles. Como, diante de todo esse movimento e de toda essa mistura, podemos manter algum sentido de um lugar local e de sua particularidade? A noção (idealizada) de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades coerentes e homogêneas é contraposta à

Este texto foi publicado originalmente em Doreen Massey (1991) “A global sense of place”. *Marxism Today*, junho, pp. 24-29. Reimpresso em Doreen Massey (1994, pp. 146-156) “A global sense of place”. In: Massey, Doreen. *Space, place and gender*. Oxford: Polity, 1994. Tradução de Pedro Maia Soares.

fragmentação e à ruptura atuais. Claro que a contrapartida é de alguma forma dúbia: “lugar” e “comunidade” raramente têm coincidido. Mas, de qualquer forma, a saudade eventual de uma tal coerência é um sinal da fragmentação geográfica e da ruptura espacial de nosso tempo. E também, de vez em quando, tem feito parte do que dá origem a reações defensivas e reacionárias – certas formas de nacionalismo, de recuperação sentimentalizada de “heranças” saneadas e de completo antagonismo aos que chegam e aos “estranhos”. Um dos efeitos de tais reações é que o lugar em si e a procura pelo sentido do lugar acabam sendo vistos por alguns como necessariamente reacionários.

Mas é necessariamente assim? Não podemos repensar nosso sentido do lugar? Não é possível que o sentido do lugar seja progressista? Não fechado e defensivo, mas voltado para fora? Um sentido do lugar que se adapte a essa era de compressão de tempo-espço? Para começar, há algumas perguntas sobre a compressão de tempo-espço em si. Quem a vivencia, e como? Todos nós nos beneficiamos dela e com ela sofremos da mesma maneira?

Por exemplo, até que ponto a caracterização popular atual da compressão de tempo-espço representa uma visão ocidental, do colonizador? O senso de deslocamento, que algumas pessoas têm ao ver uma rua local, outrora bem conhecida, agora cheia de importações culturais – a pizzaria; a loja de comida árabe, a agência do banco do Oriente Médio –, deve ter sido sentido, durante séculos – embora de um ponto de vista bastante diferente –, por povos colonizados do mundo inteiro, à medida que assistiam à importação (talvez até fizessem uso) dos produtos da colonização européia, talvez britânica (de novos meios de transporte a pó para creme), depois norte-americana, quando aprenderam a comer trigo, em vez de arroz ou milho, e a beber Coca-Cola, da mesma forma como hoje experimentamos *enchiladas*.

Ademais, tanto quanto questionar a etnocentricidade da idéia de compressão de tempo-espço e a sua aceleração atual, precisamos entender suas causas: o que determina nossos níveis de mobilidade e influencia o senso que temos do espaço e do lugar? A compressão de tempo-espço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso. A interpretação habitual é a de que isso resulta quase exclusivamente das ações do capital e de sua internacionalização crescente. Assim, segundo essa interpretação, é o tempo-espço e o dinheiro que fazem o mundo girar – e nós girarmos (ou não) em torno do mundo. Sustenta-se que é o capitalismo e seu desenvolvimento que determinam nossa compreensão e nossa experiência do espaço.

Mas isso, com certeza, é insuficiente. Entre as muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência, há, por exemplo, a raça e o gênero. O quanto podemos nos deslocar entre países, caminhar à noite pelas ruas ou sair de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir-se “fora do lugar” – não pelo “capital”, mas pelos homens. Ou, para tomar um exemplo mais complicado, Birkett (1990a), ao resenhar livros sobre mulheres aventureiras e viajantes dos séculos XIX e XX, sugere que “agora se exige muitíssimo mais da mulher para viajar do que em qualquer outro período”. Os motivos que a autora oferece para esse argumento são uma mistura complexa de colonialismo, ex-colonialismo, racismo, mudança das relações de gênero e riqueza relativa. Uma explicação simples em termos de “dinheiro” ou “capital” não serviria nem para começar a entender

a questão. A aceleração atual talvez esteja fortemente determinada pelas forças econômicas, mas não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e lugar. Em outras palavras e dito de forma simples, há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o “capital”.

Além disso, naturalmente, o último exemplo indica que a “compressão de tempo-espaço” não vem ocorrendo para todos em todas as esferas de atividade. Birkett (1990b), novamente, dessa feita escrevendo sobre o Oceano Pacífico: “Os jumbos permitem que consultores de computação coreanos visitem o Vale do Silício como se batessem na porta ao lado, e que empresários de Cingapura cheguem a Seattle em um dia. As fronteiras do maior oceano do mundo estão ligadas como nunca. E o Boeing une essas pessoas. Mas o que dizer daqueles povos sobre os quais eles voam, em suas ilhas situadas oito quilômetros abaixo? De que maneira o poderoso 747 traz para eles uma maior comunhão com aqueles cujas praias são lavadas pela mesma água? É claro que não traz. O transporte aéreo pode permitir que os homens de negócio atravessem velozmente o oceano, mas o declínio concomitante do transporte marítimo só aumenta o isolamento de muitas comunidades insulares... Pitcairn, como muitas outras ilhas do Pacífico, nunca se sentiu tão distante de seus vizinhos.”

Em outras palavras, e de forma muito ampla, a compressão de tempo-espaço precisa de diferenciação social. Não se trata somente de uma questão moral ou política envolvendo desigualdade, embora isso fosse motivo suficiente para mencioná-la: trata-se também de uma questão conceitual.

Imagine por um instante que você está num satélite bem longínquo e para além de todos os outros existentes; você pode ver o “planeta Terra” à distância e, de modo raro para alguém com intenções pacifistas, está equipado com o tipo de tecnologia que lhe permite ver a cor dos olhos das pessoas e os números de suas placas de carro. Você pode ver todo o movimento e sintonizar toda comunicação que ocorra. Mais distantes estão os satélites, depois os aviões, a longa viagem entre Londres e Tóquio e o “pulo” entre San Salvador e a Cidade da Guatemala. Uma parte disso é gente em movimento; outra, comércio físico; outra, transmissão por meios de comunicação. Há fax, *e-mails*, redes distribuidoras de filmes, fluxos e transações financeiras. Aproxime o olhar e encontrará navios, trens e, em algum lugar da Ásia, uma maria-fumaça subindo com dificuldade as colinas. Aproxime ainda mais o olhar e verá caminhões, carros e ônibus, e um pouco mais próximo, em alguma parte da África, há uma mulher caminhando descalça que continua a gastar horas por dia para buscar água.

Agora, quero discutir uma única coisa, o que se poderia chamar de *geometria do poder* de tudo isso: a geometria do poder da compressão de tempo-espaço, pois diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por ela.

Num certo sentido, no final de todo o espectro, encontram-se aqueles que estão fazendo o movimento e a comunicação e estão, de alguma forma, numa posição de controle em relação à mobilidade – os *jet-setters*, aqueles que mandam e recebem fax e *e-mail*, que participam de conferências internacionais, distribuem

filmes, controlam as notícias e organizam os investimentos e as transações monetárias internacionais. Esses são os grupos realmente responsáveis pela compressão de tempo-espaço, que podem de fato fazer uso dessa compressão e transformá-la em vantagem, cujo poder e influência ela com certeza aumenta. Em suas extremidades mais prosaicas, esse grupo provavelmente abrange um bom número de intelectuais e jornalistas ocidentais – aqueles que, em outras palavras, mais escrevem sobre a própria “compressão de tempo-espaço”.

Mas há também grupos que fazem muito movimento físico, embora não sejam de forma alguma “responsáveis” pelo processo. Por exemplo, os refugiados de El Salvador ou da Guatemala e os trabalhadores migrantes sem documento de Michoacán, no México, amontoando-se em Tijuana para fazer uma corrida talvez fatal para atravessar a fronteira dos Estados Unidos e ter a chance de uma vida nova. Nesse caso, a experiência do movimento e, na verdade, de uma confusa pluralidade de culturas, é muito diferente. E há aqueles que vêm da Índia, do Paquistão, de Bangladesh, do Caribe, somente para ficarem retidos numa sala de interrogatório do aeroporto de Heathrow.

Ou – novamente um caso diferente – há aqueles que estão simplesmente na extremidade receptora da “compressão de tempo-espaço”: uma pensionista num sofá-cama, no centro de alguma cidade deste país, comendo peixe e batatas fritas, prato típico da classe operária inglesa, comprado em um restaurante chinês de entrega em domicílio, assistindo a um filme norte-americano numa televisão japonesa e não se arriscando a sair depois do anoitecer. E, de qualquer forma, o transporte público foi cortado.

Ainda um último exemplo para ilustrar um diferente tipo de complexidade: os moradores das favelas do Rio, que conhecem o futebol mundial como a palma da mão e se tornaram alguns de seus jogadores, que contribuem imensamente para a música global, que nos deram o samba e produziram a lambada, dançada por todos em clubes de Paris e Londres, e que, jamais ou quase nunca, estiveram no centro do Rio. Em certo nível, essas pessoas são grandes colaboradoras para o que denominamos “compressão de tempo-espaço”; em outro, são prisioneiras dela.

Em outras palavras, isso é uma diferenciação social altamente complexa. Há diferenças no grau de movimento e comunicação, mas também no grau de controle e de iniciação. Os modos como as pessoas são colocadas dentro da “compressão de tempo-espaço” são altamente complicados e extremamente variados. Mas isso, por sua vez, levanta imediatamente questões políticas. Se a compressão de tempo-espaço pode ser imaginada daquela forma mais organizada, avaliadora e diferenciada socialmente, então, talvez exista a possibilidade de desenvolver uma política da mobilidade e do acesso, pois parece que tanto a mobilidade quanto o controle sobre ela refletem e reforçam o poder. Não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros.

Isso está bem estabelecido e, com frequência, observa-se na relação entre capital e trabalho. A capacidade do capital de percorrer o mundo fortalece-o ainda mais em relação aos trabalhadores relativamente imóveis e permite-lhe jogar a fábrica de Genk contra a de Dagenham. Ela também fortalece sua posição contra economias locais em dificuldades de todo o mundo, na medida em que essas economias competem pelo favor de algum investimento.

Os 747 que transportam os cientistas da computação sobre o Pacífico são uma parcela da causa do maior isolamento da ilha de Pitcairn. Do mesmo modo, toda vez que alguém usa um carro – e, portanto, aumenta sua mobilidade pessoal –, ao mesmo tempo diminui o fundamento lógico e a viabilidade financeira do sistema de transporte público – e assim também reduz potencialmente a mobilidade daqueles que dependem desse sistema. Toda vez que se vai de carro a um *shopping center*, contribui-se para o aumento dos preços da loja da esquina e até se acelera sua falência. E a “compressão de tempo-espço” envolvida na produção e na reprodução das vidas cotidianas dos abastados das sociedades do primeiro mundo – não apenas suas próprias viagens, mas os recursos que trazem consigo, de todas as partes do mundo, para abastecer suas vidas – pode acarretar conseqüências ambientais ou promover restrições que limitarão a vida dos outros antes de afetar suas próprias existências. Em outras palavras, precisamos nos perguntar se nossa relativa mobilidade e poder sobre a mobilidade e a comunicação aumenta o aprisionamento espacial de outros grupos.

No entanto, essa forma de pensar sobre a compressão de tempo-espço também nos faz retornar à questão do lugar e de um sentido do lugar. De que modo, no contexto de todas essas mudanças tempo-espaciais socialmente variadas, pensamos sobre “lugares”? Numa época em que, como se afirma, as “comunidades locais” parecem cada vez mais rompidas, quando se pode ir ao exterior e encontrar as mesmas lojas e a mesma música de seu país, ou comer sua comida estrangeira favorita no restaurante perto de sua casa – e quando todos têm uma experiência diferente de tudo isso – como, então, podemos pensar sobre a “localidade”?

Muitos dos que escrevem sobre a compressão de tempo-espço enfatizam a insegurança e o impacto desordenado de seus efeitos, os sentimentos de vulnerabilidade que ela pode produzir. Alguns vão adiante e sustentam que, no meio de todo esse fluxo, as pessoas precisam desesperadamente de um pouco de paz e silêncio – e que um sentido forte do lugar, da localidade, pode ser um tipo de refúgio do tumulto. Então, a busca pelo “verdadeiro” significado dos lugares, a exumação de heranças, e assim por diante, interpretam-se como sendo, em parte, uma resposta ao desejo de fixidez e de segurança da identidade em meio a todo esse movimento e mudança. Um “sentido do lugar”, de enraizamento, pode fornecer – nessa forma e sob essa interpretação – estabilidade e uma fonte de identidade não problemática. Entretanto, nesse aspecto, o lugar e o espacialmente local são rejeitados por muitas pessoas progressistas como quase necessariamente reacionários. Essas pessoas interpretam-nos como uma evasão, como uma retirada da (de fato, inevitável) dinâmica e mudança da “vida real”, que é o que devemos apreender se quisermos mudar as coisas para melhor. Nessa leitura, o lugar e a localidade são focos de uma forma de escapismo romantizado da atividade real do mundo. Enquanto o “tempo” é visto como movimento e progresso, o “espço” ou “lugar” é equiparado a imobilismo e reação.

Há algumas sérias inadequações nesse argumento. Há a questão de por que se supõe que a compressão de tempo-espço produzirá insegurança. É preciso enfrentar – em vez de simplesmente negar – a necessidade das pessoas de ligação de algum tipo, seja com o lugar ou com qualquer outra coisa. Contudo, é certo que há, no momento, um recrudescimento de alguns sentidos muito problemáticos de lugar, dos nacionalismos reacionários aos localismos competitivos ou às obsessões introvertidas com a “herança”. Precisamos, portanto, pensar no que possa ser um sentido adequadamente progressista do lugar, aquele que seria adequado aos tempos globais-locais atuais e aos sentimentos e relações que esses tempos fazem emergir, e que seriam úteis no que são, no fim das contas, disputas políticas muitas vezes baseadas no lugar. A questão é de que modo

manter a noção de diferença geográfica, de singularidade e até mesmo de enraizamento, se as pessoas o quiserem, sem ser reacionário.

A noção “reacionária” de lugar descrita acima é problemática de muitos modos diferentes. Um deles é a idéia de que os lugares têm identidades singulares e essenciais. Outro é a de que essa identidade do lugar – o sentido do lugar – se constrói a partir de uma história introvertida, voltada para dentro, baseada na sondagem do passado e à procura de origens internalizadas, trazendo o nome do *Domesday Book*.¹ Assim, Wright (1985) relata a construção e apropriação de Stoke Newington e de seu passado pela classe média recém-chegada (o *Domesday Book* registra o lugar como “Newtowne (...) Há terra para dois arados e meio (...) Há quatro aldeias e 37 camponeses com dez acres”, pp. 227 e 231) e contrasta essa versão com a de outros grupos – a classe trabalhadora branca e o grande número de comunidades minoritárias importantes. Um problema particular dessa concepção do lugar é que ela parece exigir um traçado de fronteiras. Há tempos que os geógrafos se exercitam com o problema de definir regiões, e essa questão de “definição” quase sempre foi reduzida à tarefa de traçar linhas em torno de um lugar. Lembro que alguns de meus mais árduos momentos como geógrafa foram gastos com relutância para imaginar como se poderia traçar uma fronteira ao redor de algo como as “East Midlands” – mas esse tipo de fronteira ao redor de uma área distingue precisamente um interior de um exterior, e pode ser facilmente uma outra maneira de construir uma contraposição entre “nós” e “eles”.

Contudo, se levarmos em conta praticamente qualquer lugar real – e, certamente, um lugar não definido *a priori* por limites administrativos ou políticos –, essas supostas características têm pouco valor real.

—Veja-se, por exemplo, uma caminhada pela Kilburn High Road, meu *shopping center* local. É um lugar bastante comum, a noroeste do centro de Londres. Sob a ponte ferroviária, a banca de jornais vende periódicos de todos os condados que ainda são chamados por meus vizinhos, muitos deles oriundos de lá, de Irish Free State. As caixas de correio da rua e muitas paredes vazias estão decoradas com as letras IRA. Outros espaços disponíveis estão cobertos, esta semana, com cartazes sobre um encontro especial de memória: “Dez anos após a Greve de Fome”. No teatro local, apresenta-se Eamon Morrissey; no National Club, exibem-se os Wolfe Tones e, no Black Lion, está o Finnegan’s Wake. Em duas lojas lotéricas, vi o nome dos ganhadores da semana: numa, aparece o nome de Teresa Gleeson, na outra, o de Chouman Hassan.

Caminhe em ziguezague, a partir da banca de jornais, cruzando a avenida quase sempre sem tráfego, e encontrará uma loja que, até onde me recordo, expõe saris nas vitrines. Quatro modelos, em tamanho real, de mulheres indianas, além de peças de tecido. Na porta, um informe anuncia um concerto na Wembley Arena: Anand Miland apresenta Rekha, ao vivo, com Aamir Khan, Salman Khan, Jahi Chawla e Raveena Tandon. Em outro anúncio, para o final do mês, está escrito “todos os hindus estão cordialmente convidados”. Numa outra banca de jornais, conversei com o homem que cuida do negócio, um muçulmano profundamente deprimido com os acontecimentos no Golfo, que guarda em silêncio seu aborrecimento por ter de vender o *The Sun*. No céu, há sempre ao menos um avião – parece que estamos numa rota de vôo para o aeroporto de Heathrow e, quando

1. Cadastro das terras inglesas datado de 1086. [N. do T.]

os aviões sobrevoam Kilburn, pode-se vê-los com suficiente nitidez para distinguir o nome da empresa aérea e se perguntar de onde vêm, enquanto se luta com suas compras. Aqui embaixo, o trânsito encontra-se confuso (outro efeito extraordinário da compressão de tempo-espaço), porque, entre outros motivos, essa avenida é uma das principais entradas para Londres, além de ser uma rota de desvio de Londres, saída para Staples Corner e começo da M1 para o Norte.

Isso é apenas o começo de um esboço das impressões imediatas, mas se poderia fazer uma análise apropriada das relações entre Kilburn e o mundo; o mesmo poderia ser feito para quase qualquer lugar.

Kilburn é um lugar pelo qual tenho muita afeição; há muitos anos que moro lá. Essa cidade certamente tem uma “característica própria”. Mas é possível sentir tudo isso sem aderir a noções estáticas ou defensivas – e, nesse sentido, reacionárias – do “lugar”, a que me referi acima. Primeiramente, embora Kilburn possa ter uma característica própria, não se trata absolutamente de uma identidade coesa, coerente, de um sentido particular do lugar, partilhado por todos. Nada poderia ser mais diferente disso. O itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam (fisicamente, pelo telefone, pelo correio ou na memória e na imaginação) entre esse lugar e o resto do mundo variam muito. Se se reconhece que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer a mesma coisa dos lugares. Ademais, essas identidades múltiplas podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito, ou de ambas.

Um dos problemas, nesse sentido, tem sido a identificação insistente do lugar com a “comunidade”: trata-se de uma identificação equivocada. Por um lado, as comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar – de redes de amigos com interesses comuns a grandes religiões e comunidades étnicas ou políticas. Por outro, os exemplos de lugares que acomodam “comunidades” singulares no sentido de grupos sociais coerentes são provavelmente – e eu sustentaria, têm sido há muito tempo – bastante raros. Além disso, mesmo onde existem, isso não implica um único sentido do lugar, pois as pessoas ocupam diferentes posições no interior de qualquer comunidade. Poderíamos contrapor, à mistura caótica de Kilburn, a comunidade relativamente estável e homogênea (pelo menos no imaginário popular) de um pequeno vilarejo de mineração. Homogênea? As “comunidades” também têm estruturas internas. Para tomar o exemplo mais óbvio, estou certa de que o sentido do lugar de uma mulher, em um vilarejo de mineração – os espaços pelos quais ela normalmente se movimenta, os lugares de encontro, as conexões com o exterior – são diferentes do de um homem. Seus “sentidos do lugar” serão diferentes.

Ademais, “Kilburn” não só tem muitas identidades (ou sua identidade completa é uma mistura complexa de tudo isso) como também é, vista dessa maneira, absolutamente *não* introvertida. É (ou deveria ser) impossível até começar a pensar sobre Kilburn High Road sem pôr em jogo metade do mundo e uma considerável quantidade de história do imperialismo inglês (o que certamente se aplica também aos vilarejos de mineração). Imaginá-la assim faz surgir em você (ou pelo menos em mim) um sentido global do lugar.

Finalmente, em contraste com essa forma de olhar para os lugares com a visão reacionária defensiva, com certeza não poderia, nem se quisesse, começar a definir “Kilburn” traçando suas fronteiras.

A essa altura da exposição, volte para o satélite e olhe para o globo. Desta vez, no entanto, imagine não apenas todo o movimento físico, ou toda a comunicação invisível, mas também – e especialmente – todas as relações sociais, todas as ligações entre as pessoas. Preencha essa visão com todas aquelas experiências da compressão de tempo-espaço –, pois o que está acontecendo é que a geografia das relações sociais está mudando. Em muitos casos, essas relações estendem-se cada vez mais pelo espaço. As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até a internacional.

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. Se você voltar do satélite para o globo, retendo todas essas redes de relações sociais, de movimentos e comunicações na mente, então, cada lugar pode ser visto como um ponto particular, único, dessa interseção. Trata-se, na verdade, de um lugar de *encontro*. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local.

– Não se trata de fazer as conexões ritualísticas com “o sistema mais amplo” – as pessoas na reunião de bairro que trazem à tona o capitalismo internacional toda vez que se tenta discutir sobre coleta de lixo – e sim de que há relações reais com conteúdo real – econômico, político e cultural – entre qualquer local e o mundo mais amplo em que esse local se situa. Na geografia econômica, há muito tempo se aceita o argumento de que não é possível entender o “centro da cidade” – por exemplo, a perda de empregos ou o declínio do trabalho de manufatura que lá ocorre – somente pela observação do centro. Qualquer explicação adequada tem de colocá-lo em seu contexto geográfico mais amplo. Talvez seja apropriado pensar de que modo se poderia estender esse tipo de entendimento à noção de um sentido do lugar.

Esses argumentos ressaltam muitas das maneiras como um conceito progressista do lugar pode desenvolver-se. Em primeiro lugar, ele é absolutamente não estático. Se os lugares podem ser conceituados em termos das interações sociais que agrupam, então, essas interações em si mesmas não são coisas inertes, congeladas no tempo: elas são processos. Há tempos que os marxistas encerram a conversa dizendo “ah, mas o capital não é uma coisa, é um processo”. Talvez, isso se deva dizer também dos lugares: que eles também são processos.

Em segundo lugar, os lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias. É evidente que as “fronteiras” podem ser necessárias, por exemplo, para as intenções de certos tipos de estudos, mas elas não são necessárias para a conceituação de um lugar em si. A definição, nesse sentido, não deve ser feita por meio da simples contraposição ao exterior; ela pode vir, em parte, precisamente por meio da particularidade da ligação com aquele “exterior” que, portanto, faz parte do que constitui o lugar. Isso ajuda a fugir da associação comum

entre penetrabilidade e vulnerabilidade, pois é esse tipo de associação que torna a invasão de recém-chegados tão ameaçadora.

3 Em terceiro lugar, os lugares não têm “identidades” únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos. Basta pensar, por exemplo, nas London's Docklands, um lugar que no momento está bem *definido* pelo conflito: um conflito sobre o que foi seu passado (a natureza de sua “herança”), sobre o que deveria ser seu desenvolvimento presente, sobre o que poderá ser seu futuro.

4 Finalmente, nada disso nega o lugar nem a importância da singularidade de um lugar. A especificidade de um lugar é continuamente reproduzida, mas não é uma especificidade resultante de uma história longa, internalizada. Há várias fontes dessa especificidade – da singularidade do lugar. Há o fato de que as relações sociais mais amplas, nas quais o lugar se encaixa, são também geograficamente diferenciadas. A globalização (na economia, na cultura ou em qualquer outra coisa) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar. Há a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma *mistura* distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. Finalmente, todas essas relações interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história, além de interagir com essa própria história imaginada como o produto de camadas superpostas de diferentes conjuntos de ligações tanto locais quanto com o mundo mais amplo.

Em seu “retrato da Córsega”, *Granite Island*, Dorothy Carrington (s.d.) viaja pela ilha em busca das raízes de seu caráter. Todas as diferentes camadas de pessoas e culturas são exploradas: o longo e tumultuado relacionamento com a França, com Gênova e com Aragão, nos séculos XIII, XIV e XV, retornando aos períodos anteriores da incorporação ao Império Bizantino, da dominação dos vândalos, da participação no Império Romano, da colonização e do estabelecimento dos cartagineses e dos gregos... até descobrirmos que... mesmo os construtores dos megalitos vieram para a Córsega de algum outro lugar.

É um sentido do lugar, um entendimento de “seu caráter”, que só pode ser construído por meio da ligação desse lugar com outros lugares. Um sentido progressista do lugar reconheceria isso, sem se sentir ameaçado. Parece-me que precisamos de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar.

Bibliografia

BIRKETT, D. (1990a) *New statesman and society*, 13 de junho, pp. 41-42.

_____ (1990b) *New statesman and society*, 15 de março, p. 38.

CARRINGTON, D. (s.d.) *Granite island: A portrait of Corsica*. Harmondsworth: Penguin.

MASSEY, D. (1984) *Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production*. Londres: MacMillan.

WRIGHT, P. (1985) *On living in an old country*. Londres: Verso.